



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE UnB DE PLANALTINA – FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEdoC

CRISTIANE DO NASCIMENTO BORGES DA COSTA

**O CONHECIMENTO TRADICIONAL DAS PARTEIRAS: UM ESTUDO NA
COMUNIDADE KALUNGA EMA, TERESINA – GO.**

PLANALTINA-DF

2015

CRISTIANE DO NASCIMENTO BORGES DA COSTA

**O CONHECIMENTO TRADICIONAL DAS PARTEIRAS: UM ESTUDO NA
COMUNIDADE KALUNGA EMA, TERESINA – GO.**

Monografia apresentada à Faculdade UnB de Planaltina – FUP/UnB, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagens.

Orientadora: Profa. Dra. Lívia Penna Firme Rodrigues.

**PLANALTINA-DF
2015**

CRISTIANE DO NASCIMENTO BORGES DA COSTA

**O CONHECIMENTO TRADICIONAL DAS PARTEIRAS: UM ESTUDO NA
COMUNIDADE KALUNGA EMA, TERESINA – GO.**

Monografia apresentada à Faculdade UnB de Planaltina – FUP/UnB, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagens, defendida e aprovada em 09 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Lívia Penna Firme Rodrigues – Universidade de Brasília (UnB)

(Orientadora)

Prof^a. Dra. Rosineide Magalhães de Souza - Universidade de Brasília (UnB)

Examinador Interna

Gislaine Cardoso Cláudio - - Universidade de Brasília (UnB)

Examinador (a)

Dedico este trabalho às Parteiras tradicionais de todas as Comunidades Quilombolas Kalungas dos municípios de Teresina de Goiás, Monte Alegre de Goiás e Cavalcante de Goiás, que por longas décadas amparam as mulheres e crianças nos momentos mais especiais de suas vidas, dando lhes condições necessárias e segurança durante o parto.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela oportunidade de participar deste curso de Licenciatura em Educação do Campo, e por Ele ter sido o impulsor de minha força e superação nos momentos mais difíceis desta caminhada.

Com carinho, agradeço aos meus professores da Licenciatura em Educação do Campo - LEdoC pela contribuição da práxis no meu processo de aprendizagem e no desenvolvimento de minha formação;

À intermediadora Ana Bela, por me acolher e me fortalecer no meu momento de fraqueza;

Agradeço, especialmente, à Lívia Penna, que se disponibilizou a ser minha orientadora.

Aos meus familiares, que sempre me apoiaram e contribuíram em minhas decisões, permanecendo ao meu lado nos momentos bons e ruins, especificamente minhas duas mães: Gilvanete do Nascimento Borges e Teresa Pereira Bruno (Vó paterna, que me criou desde criança);

Aos meus filhos Halison Jhony Borges Carvalho e Carlos Augusto Borges Carvalho;

Ao meu pai, Balbino Reges da Costa, e à minha tia, Ester Fernandes de Castro, que me informou sobre esse curso e me orientou para fazer a inscrição, dando-me amor e atenção especial.

A todos que contribuíram para que eu pudesse realizar os estudos e alcançar o objetivo da formação acadêmica.

Aos meus amigos da comunidade Kalunga Ema, Ribeirão e Diadema e da cidade Teresina de Goiás.

Aos professores de matemática e Biologia (Ana Lúcia, Pedro e Suelen);

Aos coordenadores e aos diretores da Escola Estadual Joaquim de Souza Fagundes e à professora Cátia Regina, da Escola Estadual Calunga III;

Aos meus amigos e amigas da turma 5, Zumbi dos Palmares, juntamente com as turmas 2, 3, 4, 6 e 7 da LEdoC que, no coletivo, foram a minha base na construção de novos horizontes no contexto da produção do conhecimento.

Contavam das noites sem dormir, do susto quando um 'compadre' vinha de longe buscá-las de canoa para fazer um parto numa ilha ou num igarapé distante. E também de suas vitórias e alegrias quando tudo dava certo e tanto as mães como as crianças sobreviviam cheias de saúde e histórias para contar (MASCELANI, 2002).

RESUMO

Esta investigação consiste em analisar o processo de formação e de atuação de uma parteira tradicional, na comunidade quilombola Kalunga Ema, registrando seus saberes tradicionais do parto, pela história oral. Esta é uma pesquisa qualitativa, que aborda criticamente o diálogo existente entre a fala de uma parteira e a realidade situacional. O referencial teórico utilizado permite o aprofundamento dos diversos aspectos relacionados com a temática. A pesquisa bibliográfica favoreceu o alcance de alguns resultados e a compreensão de que partejar é uma profissão, e que o parto normal revela conhecimentos que envolvem a ciência herdada pelos europeus, a fé e a forte presença das crenças africanas. Essa prática, atualmente, quase extinta, não tem nenhuma política pública de valorização na comunidade. Os partos já realizados pela parteira local não foram remunerados pelo governo nem pela comunidade. O parto normal não se resume ao ato de dar a luz a um bebê; as parteiras acompanham a gravidez, ficam de prontidão nos dias que antecedem o parto, até que, no momento oportuno, possam agir com seus saberes e suas tecnologias sociais, adquiridas ao longo da vida e das experiências em partos. No que diz respeito aos conhecimentos científicos e populares, é de fundamental importância destacar que o trabalho das parteiras não subestima o trabalho dos médicos especializados para o ato do parto. Entretanto, há a necessidade de aproximar esses dois conhecimentos, de modo que os eles dialoguem entre si e favoreçam o parto normal nas comunidades evitando, assim, a perda dessa prática natural de dar à luz em grupos tradicionais, como na Comunidade Quilombola – Kalunga Ema.

Palavras-Chave: Parteira tradicional. Saberes Tradicionais. Comunidade quilombola Kalunga Ema.

ABSTRACT

This investigation consists of in analyze the process of formation and performance of a traditional midwife in the quilombola community Kalunga Ema, registering their traditional knowledge of childbirth, the oral history. Through qualitative research, discusses critically the existing dialogue between a midwife and situational reality. The theoretical framework used allows the development of various aspects of the theme. the literature search and the reach of a few favored results and understanding to deliver is a profession and the regular shows involving science knowledge inherited by Europeans, the faith and the strong presence of African beliefs. This practice virtually extinct, there is no public policy of recovery in the community. The deliveries already carried out by the local midwife were not remunerated by the Government or community. The natural childbirth is not limited to the Act of giving birth to a baby, the midwives monitor pregnancies, are on standby in the days before the birth, until the time comes can act with their knowledge and their social technologies acquired throughout life, the experiences in deliveries. As regards the scientific and popular knowledge, is of fundamental importance to point out that the work of midwives do not underestimate the work of specialized doctors for the Act of childbirth, but there is the need to bring these two knowledge, so that the same if discussions with each other and promote natural childbirth in communities not to waste this practice of natural childbirth in traditional groups as in the Quilombola community- Kalunga Ema.

Keywords: Traditional midwife. Traditional knowledge. Kalunga quilombo community.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	14
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	14
1.0 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 COMUNIDADES QUILOMBOLAS KALUNGA	14
2.2 SABER TRADICIONAL	16
2.3 PARTEIRAS, EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS	17
2.4 EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	21
CAPÍTULO II	24
2.0 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	24
3.1 INSTRUMENTO DE PESQUISA	24
3.2 OBJETIVOS	25
3.2.1 Objetivo Geral:	25
3.2.2 Específicos	25
CAPÍTULO III	26
3.0 RESULTADOS E DISCUSSÕES	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICES	39
ANEXOS	42

INTRODUÇÃO

O tema O Conhecimento Tradicional das Parteiras: Um Estudo de caso na *Comunidade Kalunga Ema, Teresina – Go* é de suma importância para essa Comunidade, pois é de grande relevância o reconhecimento do trabalho das parteiras tradicionais e sua preservação para que as futuras gerações quilombolas possam continuar a usufruir do direito ao parto normal em suas comunidades. Atualmente, essa prática de parto normal, feito por parteiras, já não mais acontece, ficando apenas registrado na memória das parteiras antigas. Também, não há nenhuma política pública que assegure a preservação dessa prática, o que torna esta pesquisa necessária ao favorecimento de uma reflexão e a tomada de decisões que proporcionem o desenvolvimento de projetos e ações voltadas ao tema pesquisado.

A escolha desta temática se deu a partir da necessidade de resgatar o conhecimento das parteiras na comunidade local e para desmistificar o medo e a insegurança das parturientes de fazer o parto fora do hospital, de maneira natural, em casa, acompanhadas pelas parteiras. Percebe-se que as mães têm certa restrição de ficar à mercê de parteiras, já que elas não possuem equipamentos tecnológicos e nem domínios para realizar um parto por meio de uma cesariana. O trabalho, também, tem a intencionalidade de informar e despertar o interesse das mulheres em aprender as práticas e conhecimentos das parteiras; e, ainda, tem o intuito de apresentar todo o contexto de aplicação do conhecimento tradicional, caso ocorra alguma situação emergencial.

A autora deste trabalho teve experiência do parto, pois é mãe de dois filhos. Devido às complicações no parto e o descaso do hospital, no momento da dor, a pesquisadora interessou-se pelo parto humanizado e decidiu realizar uma pesquisa com a parteira local, que ela conhece desde a infância.

Este trabalho é de suma importância para os quilombolas, pois faz parte de seu cotidiano. Espera-se que esta pesquisa traga significados aos educandos, educadores e demais interessados pelo assunto, em especial às parteiras. Atualmente, existe uma carência na formação de parteiras pela transmissão do conhecimento oral, bem como a necessidade de valorização do parto normal nas comunidades quilombolas.

O saber tradicional das parteiras está se perdendo à medida que as condições de locomoção das mulheres grávidas para a cidade vêm sendo facilitada por carros e outros meios de transporte. Para perpetuar este saber tradicional, as escolas devem abordar a questão do parto e da presença da parteira na comunidade, em virtude da relevância desta bela profissão, que ao longo de séculos, foi o socorro das mulheres grávidas. Não há articulação político-social-educacional para que haja diálogo entre os saberes da comunidade e os conhecimentos científicos a que estão sempre expostas, de maneira negativa, sem nenhum respeito às suas culturas e tradições.

Tratando-se da questão situacional das parteiras em comunidades tradicionais, geralmente, esse tipo de trabalho é passado de geração a geração entre as integrantes da comunidade do sexo feminino, perpetuando as gerações de parteiras.

Os preconceitos decorrentes do conhecimento científico estão fazendo com que esta tradição tão bela, que envolve profissão, amor e fé, seja esquecida nas comunidades quilombolas. Espera-se que este trabalho possa trazer algum efeito de sensibilização, conscientização e despertar de uma consciência crítica-constructiva para que, em um futuro próximo, haja uma campanha de valorização e capacitação das pessoas que querem o bem-estar da comunidade, seja no parto normal ou em qualquer necessidade relacionada à saúde.

Este trabalho pretende, também, proporcionar aos leitores e a toda comunidade uma reflexão sobre os saberes populares e a ação transformadora do trabalho desenvolvido pelas parteiras, servindo de fonte de pesquisa e informações no processo de mediação do ensino e aprendizagem nas comunidades quilombolas.

A comunidade Kalunga Ema tem esse nome porque havia muitas emas no local onde a comunidade se estabeleceu. Está localizada no território do Quilombo Kalunga do Município de Teresina de Goiás, próxima à GO-118, centralizada entre as cidades de Monte Alegre e Teresina de Goiás, que fazem parte da Chapada dos Veadeiros. O tipo de vegetação predominante é o cerrado, inter-relacionado de matas residuais e vegetação rasteira. A comunidade tem aproximadamente 70 famílias, com uma média de cinco pessoas por casa, segundo informações do agente comunitário de saúde.

A história dos negros preserva ainda marcas da história. Ao longo de suas vidas nas comunidades, eles lutam por respeito, melhorias de vida, preservação de valores, crenças e tradições culturais. Eles trazem a esperança e a força, tendo como referência o grande líder Zumbi. Assim, afirmam-se com dignidade, memória e identidade.

No Quilombo, os negros necessitavam sobreviver longe dos povoados e vilas, não existindo, ali, maior conforto. Os homens possuíam a força e o conhecimento dos trabalhos nas lavouras e de outros serviços. Juntamente com suas senhoras, tinham muitas experiências no trabalho nas lavouras. Além disso, os negros traziam da África a diversidade cultural e todas as riquezas e saberes da vida em sua terra natal. O processo de criação dos quilombos fez com que os negros se aproximassem mais dos índios, e essa convivência fez surgir novos saberes e, por fim, o quilombo acabou que se sustentando ao longo de anos de isolamento. Cuidar dos doentes, organizar a vida social, política e econômica era necessário, o que fez com que, de certa forma, todos participassem de algum afazer para contribuir com a sobrevivência de todos.

As parteiras são consideradas profissionais tradicionais com experiências adquiridas ao longo de anos. De geração a geração, os conhecimentos sobre o trabalho de parto vão sendo repassados, preservando os saberes que, depois de centenas de anos, ainda prevalecem, entre eles: os benzimentos, as rezas, os banhos de ervas, os chás e as simpatias.

O trabalho das parteiras envolve conhecimentos, solidariedade, trabalho voluntário e dedicação pelo que fazem. Há centenas de anos isolados nestas terras, sofrendo as privações longe da considerada civilização moderna, fizeram com que os mais velhos repassassem às novas gerações os saberes necessários para se manterem vivas em suas comunidades.

Todas essas expressões tradicionais, aliadas ao um processo educacional na instituição familiar, são também formas de lutas concretas de classes exploradas, de subalternos e de oprimidos, em diferentes sociedades. Em se tratando desse grupo social, repassar os conhecimentos para as gerações futuras contribuía com a manutenção da comunidade. Ao longo de anos, os quilombolas se viram na necessidade de lutar por outros direitos, como o de viver livre em suas terras, sem serem expulsos de suas comunidades. A luta dessas classes é pela democratização

permanente da sociedade, com aspiração à liberdade e à igualdade, como também respeito na atuação de serem mulheres e homens fortes, que não se mede esforços para realizar seu trabalho com carinho e dedicação seja no parto, nas lidas de roça, na criação dos animais, nos festejos e manifestações culturais.

CAPÍTULO I

1.0 REFERENCIAL TEÓRICO

Para que se possa entender melhor o contexto situacional das parteiras, alguns autores serão pesquisados e suas reflexões, conceitos, resultados e dados acerca do tema serão utilizados para melhor significar e enriquecer a temática sobre as parteiras tradicionais.

A pesquisa bibliográfica proporcionou a visão detalhada de outras experiências, envolvendo as parteiras tradicionais em outras comunidades, por meio de estudos de diferentes autores, entre eles: Baiocchi (2006), que aborda o Quilombo Kalunga, suas histórias e adivinhações, pesquisa sobre parto e nascimento domiciliar assistido por parteiras; Brasil (2010) e Cardoso (2012), que tratam de saberes e fazeres das parteiras populares do entorno do Distrito Federal; Grupo Curumim (2000), que trabalha com parteiras tradicionais, principalmente na região Norte e Nordeste do Brasil; Mascelani (2002), que faz um mergulho no mundo das parteiras; Santos (2010), que trata das Parteiras tradicionais do entorno do DF; e, Santos (2015), que apresenta os Saberes e Fazeres das Parteiras na Comunidade Kalunga, além de outros autores pesquisados e citados.

2.1 COMUNIDADES QUILOMBOLAS KALUNGA

Segundo Silva (2013) os membros da comunidade Kalunga Ema são unidos por laços de parentesco, e formam verdadeiros núcleos familiares que dividem o mesmo terreno entre pai, irmãos, primos, tios e avós. A comunidade Kalunga está organizada em associações como a Associação Quilombo Kalunga (AQK) que envolve os três municípios: Teresina de Goiás, Monte Alegre e Cavalcante de Goiás.

O termo Kalunga, segundo Baiocchi *apud* Silva (2013), tem um significado que envolve o sentimento de território, por ser considerado um lugar sagrado e, ainda, uma planta que nunca seca, a simaba ferrugínea, que representa o poder e a ancestralidade, valorizando a memória dos antepassados africanos, que primeiro se enraizaram naquelas terras, transformando o espaço geográfico e fortalecendo sua identidade.

Toda a área ocupada pelos Kalungas foi reconhecida oficialmente em 1991 pelo governo do estado de Goiás como sítio histórico Kalunga, parte essencial do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Os primeiros africanos trazidos como escravos para o Brasil vinham da costa da África ocidental. Eram povos que aqui ficaram conhecidos como negros, guinês, minas, congos, cabinas, benguelas e muitos outros nomes, que geralmente designavam o ponto de embarque de onde tinham vindo, e não o povo da civilização a que pertenciam (MOURA, 2007, *apud* SILVA, 2013 p. 26).

De modo geral, as comunidades quilombolas estão distribuídas em diferentes contextos geográficos e estrategicamente organizadas em pequenos e médios grupos. Os quilombolas são muito amáveis com suas famílias e vizinhos, pois durante séculos viveram em verdadeira união, como garantia de força contra a opressão já vivida e que poderia vir a ocorrer a qualquer momento. O quilombo podia sofrer com a investida de pessoas em busca de gente para escravizar nas cidades e garimpos. Atualmente, os laços com pessoas de outros ambientes externos ou localidades já são bem-vindos e fazem parte do cotidiano dos quilombolas. O Kalunga recebe visitantes, turistas e pesquisadores durante todo o ano, porém, faltam investimentos na educação, cultura, desenvolvimento sustentável e outros.

A comunidade Kalunga tem seu espaço como vida ou sobrevivência registrada na luta, história, memória, cultura, tradição, renda, produção, natureza, esperança, conquista, direito, resistência e identidade, precisando apenas de possibilidades ou oportunidades juntamente com conhecimentos ou consciência crítica e gestão para a produção e a elaboração de aspectos para melhoria de vida. Sendo assim, torna-se imprescindível valorizar a sua história, tradição e raízes, e poder ou aprender a articular as potencialidades com as oportunidades de desenvolvimento, aglutinando toda a criatividade popular e gerando renda para as comunidades.

Contudo, é fundamental a valorização e revitalização da cultura local, em comum acordo com os anseios e necessidades dos quilombolas através de políticas públicas envolvendo projetos e ações educacionais que promovam o diálogo entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais.

A história quilombola não é fruto de um cálculo e nem surgiu ao acaso, mas sim de lutas que duraram toda a história do processo escravista e, logo depois, dos

quilombos formados, que aos poucos foram realizando conquistas como acesso às políticas públicas. Mas, mesmo assim, os principais objetivos dos quilombolas, na atualidade, são a regularização das terras e a preservação de seus direitos, para os quais ainda enfrentam barreiras e dificuldades. As tantas lágrimas derramadas no tronco, tão arrebatadoras da humilhação, não significavam fraqueza, mas coragem de assumir um compromisso, mostrando que ser feliz é lutar pelos seus sonhos e mesmo com as maldades nunca desistir dos seus objetivos. Pois, os maus dias dão experiência, mostrando que uma perda ensina a ganhar, mas só a força da coletividade mantém o caminhar rumo à conquista e à preservação dos seus valores, origens ou raízes de direito a eles merecidas.

2.2 SABER TRADICIONAL

A partir do contexto abordado, as parteiras kalungas produzem perseverança combinada com a experiência e, portanto, proporcionam a esperança de preservação da tradição às futuras gerações. Este estudo, contextualizado na área do campo, é uma realidade diferente do urbano, devido à dificuldade de acesso da comunidade às práticas sociais da medicina.

Neste aspecto, a educação do campo desperta nos estudantes o vigor de manter firme e forte os costumes e tradições decorrentes de seus ancestrais, carregando na memória bagagens históricas de uma vida de muita garra e desejo de firmar sua identidade, buscando melhoria para a comunidade e desenvolver, de fato, o letramento e apresentar os mecanismos para fluir uma consciência crítica.

Portanto, perseverante e construtivista com o olhar para a atual realidade.

Ademais, fazer uso da história oral significa dispor de um instrumento dos mais adequados para preservar a memória das parteiras que não tiveram oportunidade de registrar suas próprias experiências, pois as mulheres não tiveram participação na aquisição da escrita da mesma forma que os homens, como entende Rachel Soihet (SANTOS, 2010, p.18).

Consoante Delgado (2006), a história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais.

Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história.

Uma vez que entendemos por tradições as coisas ditas no passado e transmitidas até nós por uma cadeia de interpretações, é preciso acrescentar uma dialética material dos conteúdos à dialética formal da distância temporal; o passado nos interroga e questiona antes que interrogamos e o questionamos. (RICOEUR, 1997, p.38)

2.3 PARTEIRAS, EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS

No começo, os quilombolas, para continuarem com sua liberdade, tiveram que aprender a sobreviver na Chapada, e, por isso, precisavam conhecer sobre a natureza, identificando espécies de árvores; tipos de barros para fazer as panelas e as suas residências; observação das épocas de chuvas e seca para o plantio de mandioca, feijão arroz, milho e outros alimentos para subsistência. Para tanto, havia a necessidade de pessoas que pudessem cuidar da saúde e do bem-estar das mulheres, crianças e dos demais que necessitassem. Surgiam então as parteiras, mulheres que já traziam de suas experiências das grandes fazendas, dos conhecimentos e saberes adquiridos como cuidadoras de suas sinhás.

As mulheres passam de geração para geração seu conhecimento sobre a sexualidade, sobre o corpo e a reprodução. O resgate deste saber é fundamental para se conservar a intimidade dos partos, para se preservar o parto como um momento da vida sexual e amorosa das pessoas. As parteiras são partes dessa simbologia do parto como um momento de amor (GRUPO CURUMIM, 2000, p. 9).

Mulheres agricultoras, donas de casa, parteiras, conselheiras e descendentes de uma travada luta pela conquista da terra, ou melhor, pela conquista do seu espaço de sobrevivência e, em decorrência, campesinas, com sede de reconhecimento profissional igualitário e qualificado. São, portanto, constituintes de sua identidade, que vai além de um chão, até além de uma longa viagem na memória, tanto aos momentos de experiência do passado, ao desejo de futuras conquistas e realizações, almejadas a um grau de satisfação, dever cumprido, limite da capacidade, resumindo em uma só palavra: vitória, pois terra e produtividade são inseparáveis em suas vidas.

Para Silva (2013, p. 29), “os quilombolas também passaram a conhecer naqueles lugares de cerrado, a utilidade das plantas, que servissem como remédio na cura de enfermidades”. No acompanhamento e no ato do parto, esses conhecimentos são utilizados para prevenir doenças, evitar infecções, contribuir para que a mulher sinta as contrações e logo dê à luz, entre outras situações. Muitas mulheres, após o parto, ficam dias de resguardo (período em que as mesmas recebem cuidados de saúde como banhos e chás, alimentação adequada, entre outros).

O estudo sobre os antepassados quilombolas é repleto de situações que envolvem, muitas vezes, uma tentativa de esquecer o passado triste de aflições que viveram durante a escravidão e a dura fuga para encontrar refúgio nesses lugares tão distantes da civilização moderna. Ao entrevistar uma pessoa quilombola, percebe-se logo, tanto pelas expressões faciais quanto pelos relatos, que lembrar o passado traz dores e traumas, muitas vezes ainda vividos pelo preconceito que persiste em ultrapassar o século XXI.

O trabalho das parteiras, ao longo de tantos anos de quilombo, não fora nada fácil. Pelas estradas e caminhos, viveram situações de extremo risco, como precipícios, animais selvagens e outros. A pé ou a cavalo, as parteiras sempre iam ao encontro de suas pacientes, movidas pelo amor, pela fé, pela solidariedade e pelo sentimento de ser mais uma vez mãe, porque é assim que todas as parteiras são chamadas e reconhecidas em suas comunidades.

A maioria dos partos ocorre à noite, o que dificulta ainda mais o trabalho das parteiras. Atualmente, tem-se percebido muitas melhoras. Em algumas comunidades, por exemplo, existem estradas, por onde podem trafegar carros e motos e, assim, as parteiras contam a ajuda e a solidariedade de outros moradores para chegar mais rápido até a casa das pacientes. Em alguns casos, nas comunidades, as pacientes já são levadas para a cidade e dão à luz nos hospitais. E, em consequência, as perdas do feto ou da gestante, por complicações inesperadas no momento do parto, ocorre por falta de uma estrutura de transporte (estrada em péssimas condições e falta de automóveis). É por este e outros motivos que há a necessidade, urgente, de rever a postura da sociedade e dos segmentos governamentais e sociais em relação à preservação do parto normal nas comunidades. Isso requer a preparação das parteiras, a criação de espaços físicos,

acesso aos materiais necessários, e outros, para que tenham, em suas comunidades, a capacidade técnica e operacional para todas as necessidades que envolvem o parto, como sugerem Silva (2013) e Santos (2015).

A parteira tradicional, com sua sabedoria, é capaz de perceber situações simples e complexas em suas pacientes e até conceituar o perfil de cada família de sua comunidade. É um trabalho importante, pois lida com a vida e deve ser respeitado pelas comunidades, e pelas políticas públicas de saúde, em especial o SUS” (SILVA, 2013 *apud* SANTOS, 2015, p.12).

Ao tratar da presença do SUS e outros segmentos na comunidade, logo se percebe a carência de saúde nos aspectos de acompanhamento, prevenção e tratamento das doenças, como em capacitação das pessoas que estão intimamente articuladas e preocupadas em estabelecer o bem-estar de todos. Na Comunidade Kalunga Ema, e em todas as demais comunidades, geralmente, faltam transportes adequados para transportar doentes, principalmente as mulheres grávidas. Ainda é grande a necessidade de pessoas preparadas para agir em casos emergenciais, como doenças e partos.

Estima-se que, anualmente, no Brasil, sejam realizados, em média, 41 mil partos domiciliares, desses a maioria é assistido por parteiras tradicionais. Mesmo não sendo dados oficiais, os números mostram que as parteiras tradicionais existem e que seu trabalho deveria estar entre as preocupações de gestores e profissionais de saúde de todas as regiões, principalmente no Norte, Centro Oeste e Nordeste (BRASIL, 2010 *apud* SANTOS, 2015, p.15).

A inclusão de parteiras tradicionais no sistema oficial de saúde pode contribuir para uma maior adesão em tratamentos e outros procedimentos e participação da comunidade local no sistema de saúde, como aconteceu em outros municípios brasileiros, onde as parteiras se tornaram aliadas do sistema formal de saúde, na promoção e assistência à saúde materno-infantil (CARDOSO, 2012, *apud* SANTOS, 2015, p. 15).

Para as parteiras quilombolas, o parto é um momento de extrema intimidade, não permitindo participação de outras pessoas a não ser das ajudantes. Todos os procedimentos são vistos como uma espécie de ritual sagrado, onde se devem evitar corrente de ar frio e alguns alimentos considerados perigosos. Essas práticas

envolvem orações constantes, benzimentos, banhos e até chás para ajudar na contração e apressar o parto. As crianças recém-nascidas, muitas vezes, recebem cuidados especiais, como cordão benzido contra mau olhado, quebranto e outros.

Silva (2013 *apud* SANTOS, 2015, p. 21) afirma:

Os Conhecimentos tradicionais associados às parteiras foram gerados pela observação atenta dos nossos antepassados Kalunga. Então a partir daí esses conhecimentos foram sendo transmitidos para essas mulheres ao longo das gerações. Essas parteiras são pessoas que se dedicaram a aprender sobre natureza a sua volta para melhor viver, identificando mistérios dos partos caseiros. A transmissão dos conhecimentos tradicionais associados ao parto se deu entre culturas e gerações e, na maioria das vezes de forma oral e pelo convívio. Isso porque o conhecimento tradicional implica em saberes e fazeres. Todos esses conhecimentos são coletivos, muitas vezes resultaram de trocas de culturas entre povos e comunidades, num processo histórico de aprendizagem.

O cenário que envolve toda a temática do parto normal nas comunidades quilombolas, em especial na Comunidade Ema, é repleto de significados e valores que estão longe de qualquer compreensão científica. Talvez, por não estar estática, essa realidade pode estar sendo esquecida, deixada de lado. Entretanto, ela pode ressurgir se os sistemas ligados à saúde, à educação e à cultura despertarem para uma compreensão, no mínimo justa, que tenha como pressuposto uma política pública capaz de respeitar, valorizar, preservar e promover todos os saberes quilombolas, que são parte integrante e essencial de suas vidas cotidianas.

Conforme Santos (2015, p.2), as parteiras aprenderam os partos na prática, a necessidade as obrigou a aprender essa profissão, pois não existia médico por perto, e o escravo já tinha o seu saber. Era longe de tudo, e algumas aprenderam assim, e foi passando de mãe para filha e, cada vez mais, foram aperfeiçoando seu modo de fazer o parto. Nessas atividades, nada era cobrado. A parteira ia por se sentir útil em ajudar uma criança a vir ao mundo. Nessas práticas, elas recorriam às suas crenças e aos remédios caseiros.

Quando eram chamadas, não se importavam com a distância e nem com a hora, prontamente, dirigiam-se rumo ao dever que tinha escolhido para si. Levavam consigo todos os remédios que iria fazer uso na hora e depois do parto. Para essas mulheres, é gratificante salvar vidas. As suas práticas estão dentro de seus cérebros, em sua memória, pois elas não tiveram a oportunidade de se alfabetizar.

Portanto, é necessário que haja diálogo entre todos os segmentos já existentes na comunidade, entre eles: associações, posto de saúde, agentes de saúde, escola e outros, para que se construa, por meio de articulações sensatas, um novo perfil de identidade quilombola, sem perder suas raízes culturais, em especial aos saberes e fazeres das parteiras da comunidade.

2.4 EDUCAÇÃO DO CAMPO

A comunidade Kalunga necessita de Políticas Públicas, concretizadas por meio projetos e ações, que explorem a exposição de conceitos e reflexões políticas sobre de suas tradições culturais, saberes e valores. Essas políticas devem ser uma realização de espaço do homem em relação de um com outro. Essa relação tem que ser de igualdade e de diálogo entre semelhantes, e a educação é de fundamental importância nesta construção e reconstrução de novas reflexões, seja na escola e ou em qualquer espaço social.

Se o trabalho é educativo, então é possível pensar que o sujeito educativo, ou a figura do educador não precise ser necessariamente uma pessoa, e muito menos necessariamente estar na escola ou em outra instituição que tenha finalidades educativas. Trata-se de uma reflexão que também nos permite compreender que são as relações sociais que a escola propõe, através de seu cotidiano e jeito de ser, o que condiciona o seu caráter formador, muito mais do que os conteúdos discursivos que ela seleciona para seu tempo específico de ensino (CALDART, 2004, p. 320).

Portanto, a política pública, na compreensão da história e trajetória da Educação do Campo, é decorrente da luta por garantia do direito à educação para os trabalhadores rurais. Nesse sentido, a política pública concede a ideia dos direitos. As políticas públicas significam o “Estado em ação” (MULLER, 1987 *apud* HOFLING, 2001, p. 32); as quais objetivam dar materialidade aos direitos constitucionais.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, atualizada em 2012, p. 9)

A Educação do Campo é uma educação decorrente de lutas de diversos grupos, tradicionais ou não, do campo. Nesse aspecto, um dos principais objetivos da mobilização dos camponeses é a busca em conquistar o direito à educação na disputa por acesso aos espaços acadêmicos para a produção e ampliação do conhecimento na construção da aprendizagem, onde lutam e atuam de forma contra-hegemônica na reflexão do desenvolvimento mundial, e o lugar do campo entrelaçado nesse projeto com novo modelo de formação humana, assim sujeitos participativos e construtores da sua própria humanização.

A licenciatura em educação do campo é uma nova modalidade de graduação nas universidades públicas brasileiras. Esta Licenciatura tem como objetivo formar e habilitar profissionais para atuação nos anos finais do ensino fundamental e médio, tendo como objeto de estudo e de práticas as escolas de educação básica do campo (MOLINA e SÁ, 2012, p. 466).

Ao falar de Educação do Campo, retrata-se luta, persistência, compromisso, esperança, valorização e compreensão. Esta tem como fundamento uma Educação com uma concreta qualidade, pois a metodologia principal é a coletividade. Essa proposta está alicerçada na realidade dos estudantes do e no campo, em que se liga diretamente com as histórias, memórias, identidades, territorialidades e práticas pedagógicas que, de fato, dialogam com a realidade própria da comunidade para que assim adotem práticas educativas capazes de atender às necessidades dos povos do campo.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciências e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais (...) (BRASIL, 2002, art. 2º).

A Escola do Campo precisa estar trabalhando em sala de aula e fora dela, deve ser capaz de dialogar com os saberes e fazeres, a cultura e tradição da comunidade para, assim, contribuir na transformação da realidade universal. Deve, portanto, utilizar, na prática, os acúmulos de experiências das parteiras e dialogar os proveitos na superação da aparência e aprofundar-se na essência da formação de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. A escola deve construir, junto à sua comunidade, o Projeto Político Pedagógico, de forma dialógica, com a

contextualidade e com os demais segmentos que a escola está inserida em seu processo educativo.

Para desenvolver esta pesquisa, fui preparada na UnB, por meio do curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, onde obtive o letramento acadêmico necessário para concluir este Trabalho de Conclusão de Curso, de forma objetiva e dialógica, com a realidade de minha comunidade.

Art. 10. O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismo que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade (SECADI, 2012, p. 35).

O conhecimento tem uma diversidade ampla e é adquirido em todo tempo e espaço no trajeto da vida. Dele advém a esperada humanização do sujeito, relacionando-os com a nova concepção de educação a ser implantada na Escola Estadual Calunga III, da comunidade Kalunga Ema, dando valorização dos conhecimentos existentes em nossa comunidade quilombola Kalunga e materialidade do sujeito Kalunga para dentro da escola.

CAPÍTULO II

2.0 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia foi qualitativa, por meio de pesquisa com participação e observação de campo. As hipóteses de pesquisa estão relacionadas ao problema de estudo embasado na realidade, explorando, com profundidade, o processo da parteira, ao longo do ato de exercer a prática do parto, coletando informações detalhadas, utilizando-se o questionário semiestruturado como procedimento de coletas de dados, para posterior análise.

Na pesquisa qualitativa, os investigadores usam a literatura de maneira consistente com as suposições de aprendizados do participante, e não para prescrever as questões que precisam ser respondidas sob o ponto de vista do pesquisador. Uma das principais razões para conduzir um estudo qualitativo é que o estudo é exploratório (CRESWELL, 2007, p. 46).

É importante lembrar que o pesquisador expressa respeito aos pesquisados, fontes exploratórias de informações, dados, indicadores e saberes em geral. Desse modo, busca-se que as pessoas envolvidas, suas comunidades e identidade cultural, bem como os autores, sejam asseguradas em seus direitos individuais e coletivos, sem qualquer agressão a seus valores e ideias.

3.1 INSTRUMENTO DE PESQUISA

A pesquisa utilizou como instrumento a entrevista semiestruturada (anexo 1), pois segundo Creswell (2007, p.189) a entrevista semiestruturada pode ser definida como uma das fronteiras para o estudo, ajudando a estabelecer o protocolo para registrar informações importantes para o percurso do trabalho e sua culminância eficaz.

A entrevista semiestruturada contribui para a coleta de dados combinada com perguntas de questionários, integrando e selecionando as ideias abertas e fechadas da pesquisa, de forma que direciona a real atualidade da entrevistada e os objetivos a serem regatados ou conquistados, facilitando as análises e interpretações dos dados coletados.

A pesquisa foi realizada na Comunidade Quilombola Kalunga - Ema, onde vive a autora deste trabalho, com a aplicação do questionário para a parteira da comunidade e observações de campo. A entrevista foi realizada nos meses de janeiro a fevereiro de 2015 e as observações de campo, nos meses de julho a outubro de 2015. Após a realização das entrevistas e observações, analisaram-se os dados e foi elaborada a contextualização da pesquisa de campo em diálogo com as orientações bibliográficas.

3.2 OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivos:

3.2.1 Objetivo Geral:

Analisar o processo de formação e atuação de uma parteira na comunidade quilombola Kalunga Ema, levando em conta seus saberes e experiências adquiridos, pela sua identidade territorial, no campo de competência. Desse modo, alcançar o significado original e primordial em relação às práticas das parteiras.

3.2.2 Específicos

- I. Registrar o saber tradicional do parto pela história oral na comunidade;
- II. Descrever e analisar as experiências e aprendizagens da parteira;
- III. Compreender qual o papel, de fato, é exercido pela parteira e qual imagem a ela é reproduzida;
- IV. Identificar a recepção e a valorização desta profissional na comunidade;
- V. Reconhecer o trabalho da parteira.

CAPÍTULO III

3.0 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, apresentamos uma discussão em diálogo com o contexto real da comunidade campo de pesquisa, procurando facilitar o levantamento de dados e resultados para melhor compreender a temática que nos propomos a discutir.

O trabalho tradicional da parteira na Comunidade Kalunga Ema, Teresina de Goiás, requer atenção especial de políticas públicas e de valorização da própria comunidade pela sua história, contribuição social, educacional, cultural e de saúde para os quilombolas. Analisando alguns tópicos da entrevista realizada com Dona I. F. S., 62 anos de idade, moradora da comunidade Kalunga Ema/Limoeiro, Município de Teresina de Goiás, mãe de 7 filhos, todos de parto normal, algumas situações que comprovam a afirmação anterior. Ao ser perguntada sobre filhos, parto e aprendizado, ela logo responde, apresentando, em sua expressão, manifestações de orgulho, certa preocupação e saudades da profissão:

Eu tive 7 filhos e todos de parto normal, com parteira Mariana. E tive minha primeira filha aos 12 anos de idade. Logo tive aquele sonho de saber como era o trabalho das parteiras e quis aprender. A inteligência Deus deu na ideia sonho de ser parteira, e aprendi com a minha vó a véia França, depois que tive minha primeira menina, e nos partos dos filhos que tive ainda. Sinto que já não tem mais parto por aqui, vão para os hospitais da região (DONA I. F. S.).

O parto é um acontecimento esperado com grande alegria, cuidado e certo misticismo. Essa prática envolve orações, rezas e benzimentos, banhos, chás e outros rituais durante a gravidez, o parto e pós-parto. O que é admirável é que, segundo Dona I. F. S., não há índices de mortalidade nos partos normais realizados na comunidade. É claro que as condições são ainda consideradas precárias, pois não há, na comunidade, uma casa de parto, um ambiente propício para que o trabalho com a mãe e o bebê possa ser ainda melhor, nos contextos dos partos normais realizados por parteiras em comunidades tradicionais. Porém, elas sempre tomaram cuidados especiais para que nem a mãe e nem para o bebê corressem quaisquer riscos. Se há algum imprevisto ou risco, elas recorrem às simpatias, rezas e benzimentos, tudo feito com muita fé. Quando podem contar com tempo e

condições de transporte adequado, as grávidas são encaminhadas para os hospitais de cidades vizinhas.

Em outro trecho da conversa, Dona I. F. S. volta a expressar preocupação e anseio por ajudar nesta tão bela profissão, na área da saúde da mulher e dos bebês, mesmo sem os devidos reconhecimentos do governo e das pessoas atendidas.

Não faço mais parto porque minha companheira faltou (faleceu), fiquei sozinha. Mais se caso precisar, eu vou nas reuniões e nos partos se eu arrumar alguma companheira. Mas as mulheres está indo tudo para o hospital, pois ninguém está pegando menino mais aqui. A gente fica assim meio fraco de manter. Recebi um pouco de ajuda apenas uma vez do governo, das mulheres que fiz os partos só agradecimentos e outras nem isso e muitos dos meninos nem dá ligança (não se importam). Desejo muito continuar, mas estou muito fraca, acho que não dou mais conta, mas se precisar de mim eu vou (DONA I. F. S.).

Os números, os métodos e os encaminhamentos profissionais de Dona (I. F. S.) impressionam, sobretudo, quando a conversa indaga pelos cuidados e rituais antes, durante e pós-parto:

Já atendi um bocado, quase umas 80 mulheres, se pagava ou não eu sempre ia ajudar. Já tratei de depressão, pneumonia, febre, maleta, cólicas com uso de chás de (pereira tatu, fedegoso). É importante alguns cuidados para tratar as mulheres no parto ou doentes. Precisa lavar as mãos, passar o azeite e dar o toque. Os banhos (cipó maninho, mentração, casca de pequi) depois que ganhava dava o banho com casca de caju, manjeriço, mama de porca, carrapicho e metraço. Para esquentar a dor era carrapicho barra de saia, queimava na pinga para esquentar a pra tirar a friagem, esquentava leite de gengilin descascava o inhame e lavava ele e dava a golda pra beber. Fervia o ovo e o pintinho dele um pouquinho e colocava canela e cravo para dar força na mulher, falta vomitar, mas tinha que tomar (DONA I. F. S.).

A fala de Dona I. F. S. sobre os cuidados antes, durante e depois do parto, lembra-se, conforme pesquisa de Saraiva (2011), de Dona Flor, uma parteira que expressa, por meio de suas palavras e saberes, extrema afinidade com o parto e todas as suas especificidades que o compõe, como os remédios caseiros, benzimentos e outros. Dona Flor apresenta uma série de rituais, remédios, repousos e outros para que a mulher possa engravidar, manter a gravidez com saúde, ter um parto e uma criança saudável.

A massagem esquentava um azeite e dava uma puxada na escadeira e puxava para a frente para ajeitar o menino agora se tivesse atravessado não dava conta não. E cortar o umbigo a gente já sabia cortar três ou quatro dedos se quisessem aumentar a testa do bicho (vagina) ou aumentar o tamanho do bicho do homem (pênis), se quisessem ficar maior um pouquinho cortando quatro dedos se quisessem menor era três dedos. Depois do parto só saía com três dias e o menino só saía para fora depois de sete dias, as vezes dava de mamar e deixava lá mesmo. Passava assado de alho com sebo de rins, fedia um pouco mais era bom para mulher, era saúde. Depois que ganhava bebia quina sumo de algodão assafeto, alcanfor, jervão, as vezes o menino tava aí bom, aí começava a chorar, parava de mamar chorava até acabar as forças com o mal de sete dias, se passassem dos sete dias de nascido se já tivessem com aquele mal morria com sete anos ou dezessete anos, esse era tipo uma cólica, pois o menino chorava bastante e ficava roxinho, usava benzimento só quem sabia, quem não sabia só ficava pegando com Deus pra dar tudo certo (DONA FLOR, apud SARAIVA 2011, p. 30-34).

Para estas duas mulheres, Dona I. F. S. na Comunidade Kalunga - Ema e Dona Flor de Moinho em Alto Paraíso de Goiás, o parto é um acontecimento de grande importância e os saberes que o envolve não podem distanciar-se da fé e das experiências dos mais velhos. Elas afirmam que embora tenham que, fazer o parto e seguir suas crenças e saberes, jamais renegam o trabalho dos médicos especializados, que estudaram para tal profissão. Dona Flor procurou fazer curso para melhor atender suas parturientes (SARAIVA, 2011, p. 27-28).

Dona I. F. S., em especial, afirma que não usava o método da simpatia por não saber, porém os rituais de banhos e chás são seus métodos e características como parteira. Ela deseja uma formação na área de parto e saúde básica, não só para ela, mas para toda a comunidade que desperta o interesse para a causa do parto natural nas próprias comunidades.

Tinha simpatia também, mais eu mesmo não fiz nenhuma, pois eu não sabia. Fazia os banhos usando as plantas medicinais (favaca), tirava o colchão ficava só nas varas e as painhas, igual Nossa Senhora com menino Jesus, que nasceu em Belém nas painhas do chão, coloca um plástico e dois travesseiros para ela recostar outra vez recostava na gente. A placenta, no outro dia agente levava o sal e ia enterrar. Ainda tinha a ciência: abria o buraco redondinho, a placenta é igual uma arraia, enterrava com o umbigo para cima, pois se ficasse para baixo a mãe morria ou então o filho (DONA I. F. S.).

Tudo está relacionado em seu diálogo que desencadeia uma série de momentos ritualísticos, que para a ciência poderiam ser classificados como procedimentos médicos. O trato com a vida, o esforço pela sua preservação e continuidade, as crenças aliadas a uma cultura quilombola originada na África e com pitadas da cultura europeia, formatam o fazer e os saberes das parteiras tradicionais, em especial das parteiras da Comunidade Kalunga - Ema, Teresina de Goiás. Dona I. F. S. é daquelas parteiras que, embora a idade já se encontre avançada, traz em sua memória a historicidade como forma de preservar seus valores. Apesar das condições consideradas precárias para a ciência e a comunidade médica, ela nos apresenta uma concepção de higiene bem clara e o papel do homem a ser desempenhado.

Eu uso tudo que for necessário e que aprendi, se precisar benzer eu benzo, se precisar de banhos e chás eu faço, e procuro manter a casa limpa, dá uma olhada nas roupas e panos que a grávida vai usar no parto e depois do parto. O pai dentro do quarto não ajudava em nada, só ajudava se chamasse mesmo. Ajudava mesmo quando precisasse buscar algum remédio ou fazer alguma comida, às vezes ele mesmo que tinha que dar o tombo na cozinha para fazer a comida da mulher. O parto é coisa de mulher, homem não participa (DONA I. F. S.).

Para as parteiras, o homem não pode assistir ao parto da mulher, porque poderia causar alguns constrangimentos para o casal, diminuição da sensualidade, entre outras situações. Os homens eram obrigados a manter-se longe do quarto, porém, atentos às solicitações das parteiras para eventuais necessidades.

Cuidar de um recém-nascido exige conhecimentos diversos e muita dedicação. É o caso das parteiras, que não deixam passar despercebido nenhum acompanhamento. Para Dona (I. F. S.) após o parto, deve-se primeiro banhar, vestir uma roupinha, colocar um pingüinho de azeite (óleo extraído da mamona de quintal para uso medicinal e também como combustível nas lamparinas de azeite) para molhar e não ficar seco o umbigo, amarrar uma cintinha e pronto. “Aqui sempre usou azeite, já no hospital não aceitava, eles usam é o álcool”.

Dona Dona (I. F. S.) revela outros cuidados pós-parto, alguns deles são diferentes dos procedimentos médicos. Segundo ela, os cuidados propostos ou receitados pela parteira são:

Não pode pegar peso, não pode soprar fogo, não pode gritar, não pode varrer, também tinha que colocar algodão no ouvido e usar saia e blusa comprida para não pegar friagem, tinha que tomar água quente da noite para não crescer a barriga, e é recomendado só lavar a cabeça depois de um mês, e quando for lavar, tinha que cozinhar remédio (quina, mentraço, catinga de barrão, favaca, manjerição, negramina), oi de caju e oi de goiaba branca (DONA I. F. S.).

Dona I. F. S. tem uma receita para cada situação ou problema que envolve a mulher, não só no parto, mas em todas as suas complexidades de saúde feminina. A forma como que descreve cada receita, cada ritual de uso, é materializada com gestos exemplificados e demonstra total domínio do que fala e aconselha. Aliás, aconselhar as parturientes é uma das virtudes de mulheres como Dona I. F. S e Dona Flor, citadas anteriormente. Fazer um parto, no contexto de vida dessas mulheres, vai além de uma ação específica do momento do parto, abrange suas vidas e de todas as mulheres de suas comunidades, desde os momentos de preparação da fertilidade feminina até os cuidados com o recém nascido.

Quando a menstruação tivesse demorando ir embora, ia no mato tirar o oi do caju ou o oi da goiaba branca para ir embora, ou tirar três lasquinhas da forquilha da comiera da casa de baixo para cima, e se tivesse demorando descer tirava lasquinha de cima para baixo. Não podia comer costelas, piau, jacu, paca, tatu; só o peba, o verdadeiro, não e porco só capado. Não podia comer mamão não, nem melancia, manga também não. Feijão só podia comer com oito dias, e arroz também não (era mais por causa dos meninos). Abroba era danada pra secar o leite. Peixe só pode pacu, traíra, jau, piranha e corró, mandim só podia o que tinha esporão, não podia (oi de boi, branquinha, surubim) (DONA I. F. S.).

Esses cuidados ainda prevalecem em outros grupos de mulheres não quilombolas, mesmo tendo o parto nos hospitais e tendo poucas recomendações dos médicos. As mulheres ainda têm o hábito de seguir esses procedimentos, considerados saberes ou conhecimentos populares, ou superstições, como não comer algum tipo de carne de caça, não sair no sereno por alguns dias, amarrar fita vermelha na criança para evitar mal olhado e quebranto, entre outros. Dona I. F. S. deixa exprimir nos olhos certo brilho molhado quando perguntada sobre o que mais lhe agrada no exercício desta função da Parteira e sobre as dificuldades por ela enfrentadas ao desempenhar esta função.

O que me agrada é que sempre deu tudo certo, não tive nada para embarçar, mesmo eu não sabendo ler deu tudo certo. Era felicidade para mim e para as mulheres que me ensinou, tudo certo. A dificuldade é a falta de dinheiro que não dava para ser alimentada direito, e a falta de transporte, de noite mesmo saímos, muitas vezes, quebrando a unha. Os meninos que eu peguei dava tudo certo, nenhum tava atravessado, mas eu já tive menino pelos pés e pela escadeira (pela bundinha encuidinha). Só eu que sofri quando tive neném, ganhei dez horas fui dar acordo (fui acordar) às cinco horas, passei ruim, por um tiquim eu tinha morrido (DONA I. F. S.).

Dona (I. F. S.) ainda revela ter ensinado muita gente o ofício de partejar, como ressalta no trecho a seguir: “Sim, ensinei foi muita, os remédios e quais tomar nos momentos certos, mais interesse em aprender mesmo muitas não têm e dizem: ‘eu tenho medo’. Uma foi pegar não teve coragem, deu um tremurão nela, aí eu tive que tomar a frente e pegar” (DONA I. F. S.).

De certa forma, os ensinamentos não foram praticados pelos mais jovens, por falta, também, de oportunidade, devido aos partos passarem a ser realizados por médicos nos hospitais das cidades próximas. A significância do parto envolve saberes populares, muita fé e observações de mudanças e reações no corpo da mulher.

O sinal da dor do parto é a menstruação, que inicia o momento de dor e hora de realizar o parto. A gente sente a superstição se vai morrer ou vai ganhar, mas sempre pegando com Nossa Senhora, pedindo pro meu Deus me ajudar. Falar com elas para caminharem, não colocar a mão na escadeira, não deixar elas dormirem, e tomar algum remédio para aumentar a dor na hora de parir, agora se for dor de friagem dava remédio para parar a dor se não tiver no tempo (DONA I. F. S.).

O que chama atenção no depoimento de Dona I. F. S. é a capacidade que ela demonstra em saber tudo sobre o parto, as manifestações e mudanças internas e externas no corpo da mulher, a origem de cada sintoma. Talvez seja por isso que muitas mulheres ainda recorrem às parteiras para pedir conselhos e tirar dúvidas, mesmo que venham a fazer o pré-natal e parto nos hospitais, com médicos e enfermeiras.

As mulheres quilombolas mais velhas expressam uma sabedoria e uma certeza em suas afirmações a ponto de parecerem especialistas no assunto. Essa afirmação é mantida por essas mulheres de forma orgulhosa, como é o caso de Dona Maria Pereira, parteira Kalunga, que assegura: “Quem me ensinou foi minha avó e minha bisavó. Sempre elas saíam, saíam comigo, saía mais elas, elas me ensinava. Saía de lá e elas tornava a me ensinar. Tudo de có, de cabeça, não tinha nada de letra nenhuma” (PARENTE, 2007, p. 5).

As tradições quilombolas são de fato muito expressivas e, portanto, compõem a identidade deste povo, em especial das mulheres quilombolas, que ajudam tantas mães nos partos e ainda cuidam dos recém-nascidos como filhos.

As benzedeiras, rezadeiras, curandeiras e parteiras detêm o conhecimento tradicional de saúde nas comunidades quilombolas. Estes conhecimentos estão ligados diretamente ao ciclo vital e os agentes de cura possuem autoridade de fala e de ação na qualidade de representantes dos saberes tradicionais “quem me ensinou foi minha avó e minha bisavó. Sempre elas saíam, saíam comigo, saía mais elas, elas me ensinava. Saía de lá e elas tornava a me ensinar. Tudo de có, de cabeça, não tinha nada de letra nenhuma (PARENTE, 2007, p. 5).

Ser respeitadas é pouco ainda, diante de tantas contribuições que essas mulheres fazem para sua gente, sem remuneração e muitas vezes expostas a condições de transportes difíceis para chegar até as suas parturientes e aos outros pacientes atendidos por elas, a qualquer hora do dia e da noite.

Dona I. F. S. está bem representada em outras comunidades quilombolas. Pois, em todas as comunidades quilombolas se vê mulheres como ela, na lida diária pelo bem-estar de sua gente. A mulher, como já dito, tem fundamental importância no contexto de vida quilombola, a saber: “A mulher tem uma atuação transversal que perpassa praticamente todas as áreas das atividades desenvolvidas no quilombo, na produção (roça, quintal, horta), no trabalho doméstico, na educação e articulação política” (IPEA - 2012, p.61).

No contexto da Comunidade Ema – Kalunga de Teresina de Goiás, as mulheres não são diferentes, exercem as funções de Dona de casa, produtoras de diferentes produtos oriundos da agricultura familiar e, ainda, na maioria dos casos,

cuidam das pessoas doentes, participam e fazem partos, como aconteceu com Dona I. F. S.

Dona I. F. S. proporcionou, nesta pesquisa, a possibilidade de fazer uma ponte entre os trabalhos realizados por médicos e enfermeiras e suas medicações e repousos com o trabalho realizado pelas parteiras em suas comunidades. Existem divergências pelo olhar dos conhecimentos científicos e populares, porém, fica clara a seriedade com que as parteiras realizam seus trabalhos, o respeito à saúde da mulher e do bebê e o compromisso com a vida. O que falta para essas profissionais, é a construção de uma parceria entre hospitais (governo, médicos e enfermeiras, entre outras) e as parteiras, com toda a sua bagagem de conhecimentos, que durante séculos foram de grande valia nas suas comunidades. Para isso, os governos e órgãos da saúde deveriam rever a postura de suas políticas públicas para estas comunidades, reconstruindo suas ações e atendimento na área da saúde, capacitando, dando condições estruturais físicas e profissionais para a inclusão das parteiras nas áreas da saúde.

No contexto da educação, as escolas quilombolas (em especial, a escola da Comunidade Ema) necessitam melhorar o fazer pedagógico no sentido de dar maior significado às tradições locais, em especial ao trabalho das parteiras. Promover rodas de conversas, pesquisas, exposições, participação das pessoas envolvidas no tema nas atividades que envolvam a história, arte e cultura quilombola. Assim, a escola estará promovendo uma mediação pedagógica capaz de transformar a realidade da comunidade de maneira reflexiva acerca de suas tradições e costumes.

Ao fazer a pesquisa, foi possível observar que o assunto não é tão divulgado ou discutido na área da educação, o que requer uma maior reflexão e conscientização por parte da instituição educacional local, educadores e comunidades, pois se trata de saberes e fazeres de uma profissão que merece todo respeito e disseminação para as gerações futuras. Trazer os mais velhos, conhecidos como veteranos dos saberes tradicionais nas comunidades quilombolas, para participar do ensino irá promover um diálogo positivo entre conhecimento científico e saberes populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O partejar é uma profissão, ou talvez um ato de solidariedade e de amor. Ao considerá-lo uma profissão, estamos concedendo às parteiras de partos normais em comunidades tradicionais o título profissional merecido. Quando incitamos a solidariedade e o amor, é uma forma de expressar tamanha admiração por aquelas que, muitas vezes, não recebem remuneração pelo árduo trabalho de partejar, que envolve inúmeros sentimentos de fé, respeito, cuidados especiais, compromisso com a saúde e a vida da mulher e do bebê. Cuidados estes que, muitas vezes, começam desde o início da gravidez, dependendo da necessidade da grávida e do bebê. Ao observar o relato de uma parteira, é como se algo transportasse para um cenário de extrema complexidade e, ao mesmo tempo, de segurança e conforto, em um momento de dor e ao mesmo tempo de alegria, que é o parto normal e tradicional.

O parto revela conhecimentos que envolvem a ciência herdada pelos europeus, a fé e a forte presença das crenças africanas, uma mistura de saberes que vai além da compreensão desta pesquisa e desafia até mesmo a medicina convencional. A preservação e o seu devido e merecido valor dependem de inúmeros fatores internos e externos, envolve o reconhecimento e o respeito da própria comunidade às parteiras e as condições justas por parte dos órgãos competentes da saúde. A necessidade urgente de uma política pública voltada para o universo profissional, solidário e tradicional das parteiras é de extrema importância para que não se perca esta tão bela profissão.

Mesmo que já quase não se pode conhecer uma parteira como Dona Irene, ela é ainda uma das maiores fontes de conhecimentos da comunidade, no que diz respeito ao parto normal e tradicional na Comunidade Kalunga Ema. É preciso conscientizar a comunidade e o poder público, apresentando projetos que visem valorizar, capacitar e preservar o trabalho das parteiras na comunidade, via órgãos institucionais na comunidade e fora dela.

Os inúmeros partos realizados utilizando apenas os recursos básicos e naturais, sem causar ônus aos cofres do governo, poderia ao menos obter o pagamento de salário digno ao profissional do parto. O parto não se resume ao ato de dar à luz a um bebê, as parteiras acompanham a gravidez, ficam de prontidão

nos dias que antecedem o parto até que, no momento oportuno, possam agir com seus saberes e suas tecnologias sociais adquiridas ao longo da vida e das experiências em partos. Ou seja, é um trabalho profissional importante e que requer trato com profissionalismo, remuneração e respeito.

No que diz respeito aos conhecimentos científicos e populares, é de fundamental importância destacar que o trabalho das parteiras não subestima o trabalho dos médicos especializados para o ato do parto, porém há a necessidade de aproximar esses dois conhecimentos, de modo que os mesmos se dialoguem entre si e favoreçam o parto normal nas comunidades. Para isso, é preciso conscientização por meio da educação, dos segmentos sociais representantes dos grupos tradicionais e responsabilidade governamental por meio de uma política pública voltada para a demanda apresentada.

Particularmente, acreditamos que esta prática de parto normal em comunidades tradicionais, em especial na Comunidade Kalunga Ema, pode deixar de existir se não houver maior sensibilidade das pessoas, dos segmentos educacionais e governos locais para a preservação da memória e todos os saberes que ali circulam, como o parto natural e todas as suas especificidades, por exemplo.

REFERÊNCIAS

BAIOCCHI, Mari de Nazaré. (Org.). **Kalunga: histórias e adivinhações**. Goiânia: UFG, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras tradicionais** [recurso eletrônico]: o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais e experiências exemplares / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI. **Educação do Campo: marcos Normativos/** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-Brasília: SECADI, 2012.

CARDOSO, Ítala Lopes. **O saber / fazer das parteiras populares do entorno do Distrito Federal**. 2012. 56f. Monografia (Bacharelado em Saúde Coletiva)– Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

COSTA, Juliana Bernardes Ribeiro. **Redes de solidariedade e migração interna: Estudo de caso das parteiras tradicionais de Santo Antônio do Descoberto – GO, UNB – Brasília – 2013**.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral – memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Escola Única do Trabalho: explorando os caminhos de sua construção**. Campinas: UNICAMP, 2010.

GOBERT, MULLER In, VAZ., L.G.D.; **Políticas públicas**. Revista nova Atenas de educação e tecnologia. Revista eletrônica do departamento. Acadêmico de ciência da saúde Educação física e esportes – Biologia – Segurança do trabalho. Vol. 10, nº. 01, jan./jun./2007.

GRUPO CURUMIM. **Trabalhando Com Parteiras Tradicionais: gestação e parto (ONG)**. Área Técnica da Saúde da Mulher. 2. ed. atual e revisada. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Em: **Cadernos Cedex**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. – 7. Ed. – Brasília: Câmara dos deputados, Edições Câmara, 2012.

MASCELANI, A. Um mergulho no mundo das parteiras: aquelas que vivem às margens dos rios e igarapés da região amazônica de Caxiuanã e Melgaço, PA. In: JUCÁ, L.; MOULIN, N. (Org.). **Parindo um mundo novo**: Janete Capiberibe e as parteiras do Amapá. São Paulo: Cortez, 2002. p.112-125.

MOLINA, Mônica Castagna e SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al (orgs) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MOURA, Glória (coord). **Uma história do povo Kalunga**. Brasília DF: MEC, Secretaria de Educação Fundamental, 2007.

SANTOS, S. M. **Parteiras tradicionais do entorno do DF**. Tese (Doutorado em História)- Universidade de Brasília, Brasília, 2010. 212f.

SANTOS, Suziana de Aquino. **Os saberes e fazeres das parteiras na comunidade Kalunga, Ribeirão dos Bois, TERESINA–GO**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Educação do Campo) - Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, Planaltina, 2015.

SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. **Saberes e Fazeres Tradicionais sobre o cerrado**: a experiência de Dona Flor. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

SILVA, Aneli Soares da. **Uso das plantas medicinais do cerrado na comunidade Kalunga, Ribeirão dos Bois, TERESINA – GO**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Educação do Campo)- Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, Planaltina, 2013.

PARENTE, Érika Guimarães (coord).– **KALUNGA: prevenção e saúde/agentes comunitários de saúde e professores Kalunga**: coordenação do IBrAP, Brasília; Ministério da Saúde, Programa Nacional de DST e AIDS, 2007.

RICOEUR, P. Autobiografia intelectual. In: **Da metafísica à moral**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - **Quilombo das Américas:** articulação de comunidades afro-urbanas: documento síntese. – Brasília: Ipea: SEPRIR, 2012. Disponível em: <http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Livro-Quilombos-das-Am%C3%A9ricas.pdf>. Acesso em 03 e 04/12/2015

APÊNDICES

APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO:

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Local / cidade:

Nome:

Apelido:

Endereço completo com CEP:

Comunidade:

Cidade / Estado:

Telefones:

E-mail:

Estado civil:

Idade (data nascimento):

É aposentada?

Causa e Tempo de aposentadoria:

ROTEIRO para conversa aberta, semiestruturada:

1. Há quanto tempo mora nessa comunidade/cidade? Onde morava antes? Onde nasceu? Se nasceu em outro lugar, por que se mudou? Como foi a mudança?

2. Como foi o próprio Nascimento (Hospitalar, Domiciliar, com Parteira, etc.)? Com quem mora? Tem filhos? Quantos? Como foram os partos? Quantos anos tinham quando teve a primeira gravidez?

3. Qual o grau de instrução? Já participou de algum **curso ou treinamento para parteiras**? Qual é a razão que a levou a participar do curso? Se sim, em que melhorou ou ajudou no seu desempenho? Vê **diferença** entre

a prática tradicional da parteira e prática aprendida com o curso? Quais são essas diferenças?

4. Qual religião segue? Como se denomina em relação à cor?
5. Onde são realizados os partos hoje aqui na cidade? Na comunidade ou no hospital?
6. Fale sobre a história pessoal, o que a levou a ser parteira? Quando, como e com quem aprendeu a partejar? Por que começou a partejar?
7. Continua partejando? Continua sendo chamada para atender partos? Nos últimos anos, como tem sido a prática de parteira (o que mudou de antigamente para agora)? Consegue manter suas atividades de Parteira Tradicional? Como? Que tipo de retorno recebe como Parteira? Deseja continuar partejando?
8. Quantas mulheres a chamaram para cuidar delas? De quantas mulheres cuidou e ajudou até o nascimento e depois do parto? É chamada para outros cuidados de saúde? Quais?
9. Falar sobre as práticas de cuidado, as massagens, os banhos, os toques, as manobras (ajeitar o menino), etc.
10. O que utiliza quando esta partejando (chás, benzimentos, banhos, ervas, rezas, cantos de rezas e simpatias)? Quais os cuidados que toma com o ambiente (local) do parto?
11. Qual a importância do pai durante o parto? Como o pai da criança participa do parto?
12. Como se prepara para atender às mulheres que a chamam? Quais as práticas que fortalecem e ajudam a atender às mulheres?
13. Quais as práticas utilizadas para cuidar do recém-nascido? E do umbigo? E da amamentação?
14. Quais as práticas que conhece e usa durante o resguardo?
15. Falar sobre o que mais a agrada no exercício desta função de Parteira. E sobre as dificuldades que enfrentam ao desempenhar esta função.

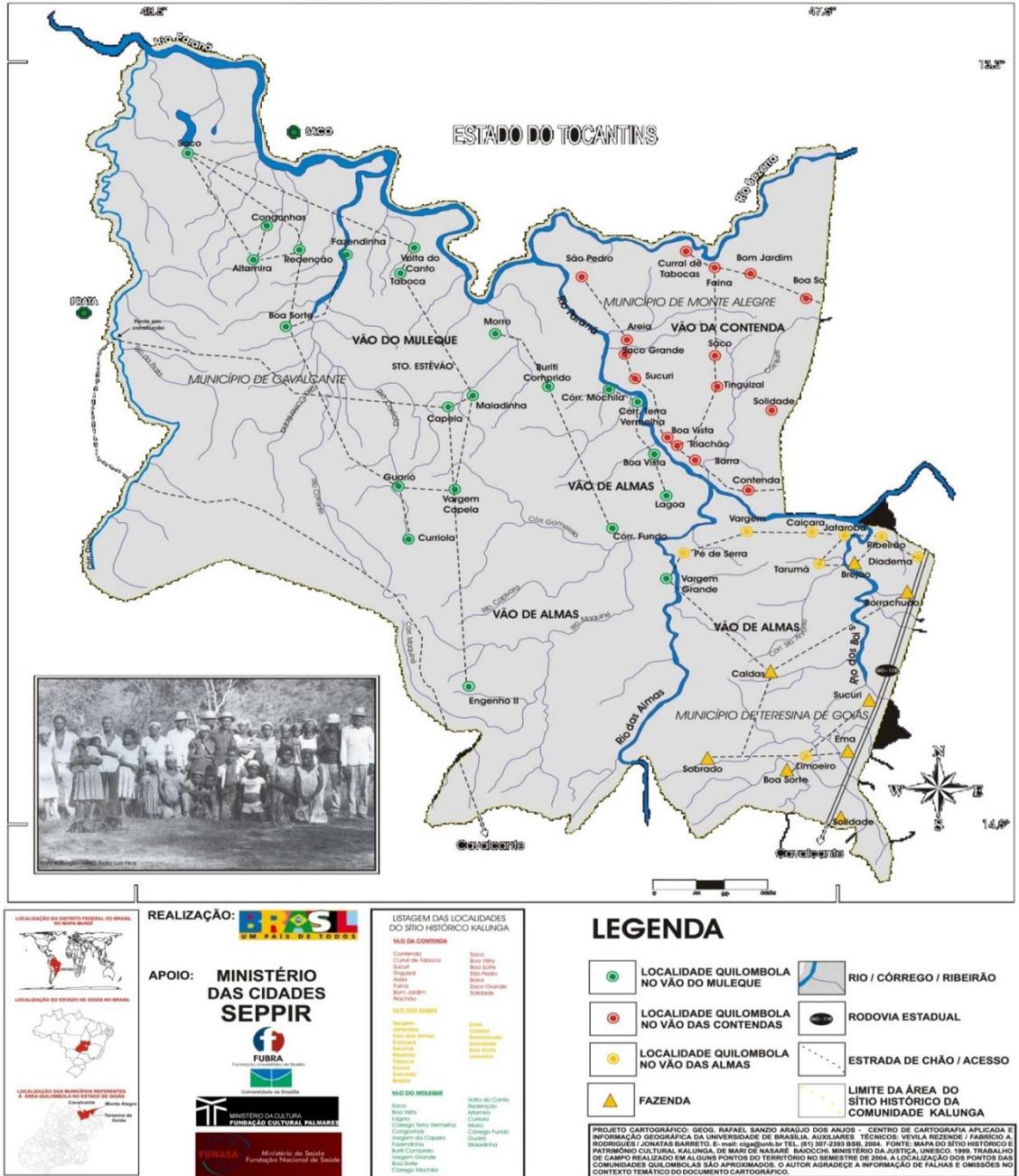
16. **Transmite ou transmitiu** suas experiências e conhecimentos de Parteira Tradicional? Como isso acontece? Existe interesse das pessoas da comunidade em aprender os conhecimentos e ofícios das parteiras?
17. O que **significa** o momento do Parto? Conhece e/ou usa alguma prática que ajude as mulheres a lidar com a dor no parto?
18. Já sofreu algum tipo de tratamento negativo (preconceito) enquanto partejava?
19. Sabe da existência de Associação de Parteiras Tradicionais na sua região? Participa da associação? Desde quando? Qual sua participação na Associação de parteiras? Quantas parteiras integram a Associação? (COSTA 2013)

Fonte: COSTA, Juliana Bernardes Ribeiro.

ANEXOS

FOTO 1 – Sítio histórico e cultural do remanescente de Quilombo Kalunga

SÍTIO HISTÓRICO E CULTURAL DO REMANESCENTE DE QUILOMBO KALUNGA - GO. - MAPA GERAL DAS LOCALIDADES -



Fonte: Araújo (2004).

FOTO 2 – Sítio histórico Kalunga: comunidades por município

